



Relatório Anual de Informação ao Consumidor - 2020

Município de Santa Luzia do Itanhy

A Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO é uma empresa de economia mista, de capital fechado tem como principal acionista o Governo do Estado de Sergipe, com sede situada na Rua Campo do Brito, 331 – São José – Aracaju, telefone: 79 3226-1200. É representada legalmente pelo seu diretor-presidente, Engo Carlos Fernandes de Melo Neto.

Por meio deste relatório, a **DESO** pretende assegurar ao consumidor o direito à informação sobre a qualidade da água distribuída, nos termos do Decreto Federal N° 5.440, de 4 de maio de 2005, bem como atender o *artigo 12-V do Anexo XX da Portaria de Consolidação (PRC) N° 05, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde.*

Lei nº 8078/1990 - Código de Defesa do Consumidor

Artigo 6° - Inciso III – "A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

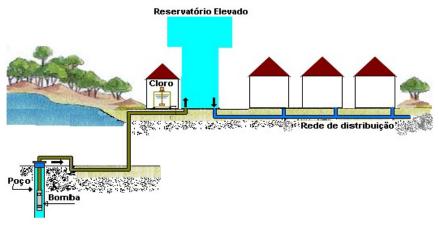
Artigo 31° - "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações correta, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como os riscos que apresentam à saúde dos consumidores".

Os clientes da DESO podem obter informações complementares sobre qualidade da água distribuída e demais serviços através das unidades de atendimento da **Regional Sul, situada na Rua Limoeiro, S/N Centro – Lagarto, telefone (79) 3631-1031,** pelo telefone **0XX79-4020-0195** e no portal da internet <u>www.deso-se.com.br</u>.

A Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia do Itanhy é a responsável pela vigilância da qualidade da água no seu município situada na Praça Getúlio Vargas, 42 CEP 49.250-000.

ETAPAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Captação e transporte processo no qual ocorre à coleta de água nos rios, barragens e poços por meio de bombas e transportada por tubulações até as estações de tratamento. A depender da localização da captação a água é impulsionada pela ação da gravidade.
- Clarificação (coagulação, floculação, decantação e filtração) processo de remoção das impurezas da água, com a adição de produtos químicos que agrega essas substâncias formando flocos que são removidos em tanques de decantação e em filtros de areia.
- Tratamento final (desinfecção, fluoretação e correção do pH) a partir desta etapa a água encontra-se adequada para consumo. O processo tem como finalidade a desinfecção química através da adição de cloro, prevenção contra a cárie dentária pela adição de flúor e de barrilha leve para corrigir a acidez da água e proteger as instalações e utensílios.
- Reservação e distribuição concluído o processo de potabilização a água é armazenada em reservatórios e conduzida até os prédios residenciais e comerciais para consumo através de canalizações.



CONDIÇÕES DOS MANANCIAIS

A água para tratamento e distribuição na cidade de **Santa Luzia do Itanhy** é captada em dois poços profundos implantados em propriedade rural às margens da rodovia Lagarto – Santa Luzia do Itanhy. O povoado Crasto é abastecido por sistema isolado com água captada em dois poços profundos localizados em propriedade particular próxima a comunidade. Os mananciais que abastecem o município estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Real.

A legislação que regulamenta a qualidade da água dos mananciais é a Resolução CONAMA Nº 396/2008 e seu monitoramento realizado pela DESO.

A presença de sais de cálcio e magnésio na água, para valores significativos, é considerada "dura". A dureza da água de Santa Luzia do Itanhy é da ordem de 298 mg/L de carbonato de cálcio (CaCO₃) inferior ao máximo permitido pelo *Anexo XX - PRC Nº 05, 28 /09/2017-MS*. A dureza da água não implica em riscos para o consumo humano.

Até o momento, nos pontos de captação do sistema da **DESO**, a qualidade da água dos mananciais se enquadra na classe apropriada para ser tratada para o consumo humano.

CONTROLE DA QUALIDADE

A qualidade da água fornecida é controlada, diariamente através de análises físico-químicas e microbiológicas desde a captação em rios e poços, durante os processos de tratamento e de distribuição, até as edificações.

O controle da qualidade da água é realizado através de análises executadas em laboratórios próprios da **DESO** e ou contratados, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde.

No quadro **Resumo Anual da Qualidade da Água Distribuída** é apresentado às informações do monitoramento dos parâmetros de relevância sanitária na água distribuída, incluindo o número de amostras analisadas no período de janeiro a dezembro de 2020.

A **DESO** controla os parâmetros relacionados às substâncias inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e produtos secundários da desinfecção, conforme Anexo XX da PRC 05/2017-MS. No período todos os resultados foram satisfatórios.

Sempre que amostras coletadas na rede de distribuição apresentaram resultados fora dos limites estabelecidos pelo Ministério da Saúde, a **Coordenadoria de Controle de Qualidade** comunica **IMEDIATAMENTE** o setor operacional da empresa, novas amostras são coletadas e analisadas, após a vistoria no local, ações corretivas são postas em práticas, como descarga na rede de distribuição e outras ações, até que a qualidade seja restabelecida.

Água tratada representa saúde e qualidade de vida
Não desperdice um bem essencial à saúde



Significados dos Parâmetros Analisados:



- * Turbidez partículas em suspensão deixando a água turva. O Ministério da Saúde exige um valor máximo permissível de 5,0 uT (unidades de turbidez) na água distribuída.
- ❖ Cloro produto químico utilizado para eliminar bactérias. De acordo com o Anexo XX da PRC № 05/2017-MS, a água entregue ao consumidor deve apresentar uma concentração mínima de 0,2 mg/L e no máximo 5,0 mg/L (miligramas por litro) de cloro residual livre.
- Cor ocorre devido às substâncias dissolvidas na água. O valor máximo permitido na água distribuída é 15,0 uH (unidades de Hazen).
- ❖ Coliformes Totais indicam presença de bactérias na água e, não necessariamente, representa problemas para a saúde. O Ministério da Saúde exige que a água entregue ao consumidor deve apresentar no mínimo de 95% de ausência de coliformes totais nas amostras coletadas durante o mês, exceto para os sistemas que coletam menos de 40 amostras por mês, onde o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº5/2017 admite apenas uma amostra fora dos padrões durante o mês.

Resumo Anual da Qualidade da Água Distribuída

Decreto Federal Nº 5.440, de 04/05/2005

Número de Amostras Coletadas na Rede de Distribuição de Água

Parâmetros	Cloro Residual Livre 10		Cor 10		Turbidez 10		Coliformes totais 10	
Exigidas Mês/Ano								
	Analisadas	Fora Padrão	Analisadas	Fora Padrão	Analisadas	Fora Padrão	Analisadas	Fora Padrão
01/2020	19	0	19	0	19	1	19	0
02/2020	11	0	11	0	11	1	11	0
03/2020	16	0	16	0	16	0	16	0
04/2020	7	0	7	0	7	1	7	0
05/2020	12	3	12	0	12	0	12	2
06/2020	16	0	16	0	16	0	16	0
07/2020	15	0	15	1	15	2	15	0
08/2020	14	1	14	2	14	1	14	1
09/2020	23	1	23	0	23	0	23	2
10/2020	21	1	21	2	21	2	21	0
11/2020	16	0	16	0	16	1	16	0
12/2020	23	0	23	0	23	1	23	0